

# Acredite, se quiser

**O**S ministros da área econômica admitem, sem disfarçar o constrangimento, que as reservas de divisas do país giram em torno de 5 bilhões de dólares — o equivalente a menos da metade do que o Brasil foi obrigado a pagar por ano, até agora, dos juros da dívida externa. O buraco, segundo alguns técnicos do Banco Central, na verdade está mais embaixo. As reservas com liquidez imediata somariam, hoje, algo como 2,5 bilhões de dólares, um pouquinho mais, um pouquinho menos.

Não é quase nada. O superávit da balança comercial em novembro deverá bater no teto alcançado no mês anterior — 210 milhões de dólares. Se tanto, para um país que passou a importar praticamente tudo que consome, da cerveja boliviana à mussarela uruguaia, sem desprezar as calcinhas femininas, o estoque de reservas disponíveis é insuficiente para atravessar o mês de janeiro. A previsão chega a ser considerada otimista em certas áreas do governo.

Vale esgrimir com alguns números para que se tenha uma idéia de como a administração da economia, especialmente de fevereiro para cá, empurrou o país contra o muro. Desde 1973, pelo menos, as crises cambiais que surpreenderam o Brasil se deram à força de dois componentes, isolados ou combinados: o preço do petróleo e as taxas de juros cobradas por empréstimos contraídos no exterior. Em dezembro de 1984, a prime rate (taxa de juros dos bancos americanos) era de 10,75% ao ano.

Ela desabou, em março último, para 9% e mais um pouco; em setembro passado, para 7,5%. A mesma trajetória de declínio ocorreu com a libor (taxa de juros que vigora no mercado de Londres), que em dezembro de 1984 era de 9,25% e que há dois meses atingiu 6,12%. As atuais taxas estão entre as mais baixas já registradas no último quarto do século. O barril de petróleo, que bateu no teto dos 30 dólares por volta de 1981, custa hoje 11, 12 dólares. Custou menos, recentemente.

De janeiro a maio de 1985, o Brasil gastou 2,2 bilhões de dólares com a compra de petróleo. A queda nos preços e o aumento da produção interna reduziram para 1,4 bilhão de dólares a despesa do país de janeiro a maio deste ano. Em igual período do ano passado, o petróleo representava 43% das importações brasileiras. Em igual período de 1986, representou 26%. A soma de condições tão favoráveis para o Brasil, correspondeu, paradoxalmente, a dilapidação das nossas reservas cambiais.

Só haviam quase 12 bilhões de dólares no final de 1984, emagrecendo para pouco mais de 10 bilhões no mês seguinte ao advento do cruzado. Despencaram, desde então, para os 4 ou 5 bilhões reconhecidos pelo ministro Dilson Funaro. Em março e abril passados, no auge da euforia da reforma, os fiscais de Sarney estavam embalados, o governo tinha credibilidade e apoio como jamais outro teve, e havia bilhões de dólares estocados. Por que não se tentou, ali, a renegociação da dívida?

O ministro Dilson Funaro partirá ao encontro dos credores com o único argumento de que, se o país quebrar, o sistema financeiro internacional sofrerá um dos mais duros golpes de sua história. Ameaçará com o risco da desestabilização do processo político brasileiro que não deve interessar aos Estados Unidos e a ninguém. E não terá muitas outras coisas para alegar que reforcem sua posição. É bobagem essa conversa de moratória unilateral. Vive-se, há muito, uma moratória negociada, consentida pelos credores.

O que o ministro da Fazenda poderá tentar obter são condições um pouco melhores para se continuar rolando a dívida. É pouco provável que alcance o que pretende sem que o Brasil se submeta a algum tipo de monitoramento do Fundo Monetário Internacional explícito, o que não é razoável que aconteça sob pena de o governo se desmoralizar de vez, ou disfarçado, o que, de toda forma, reforçará a retórica da oposição política interna. À revelia total do FMI, a renegociação não passará.

A hipótese de o presidente Sarney enrolar-se na bandeira nacional e decretar o calote só pode freqüentar a imaginação e animar o desejo dos que apostam no caos. Nem Cuba ousou isso. Pelo contrário: tem pago em dia seus compromissos. De outra parte, nada sugere que os credores estiquem a corda a ponto de o Brasil quebrar. Alguns tipos de acordo serão obtidos — certamente pior para as cores nacionais do que o acordo que poderia ter sido selado em meados deste ano.

Na conta de um sonho que começou a se desfazer e na imprevidência, para que se diga o mínimo, de uma equipe de governo inexperiente e que se encantou com sua própria retórica, deverá ser debitado o preço do mau acordo que se fará — que de toda forma será melhor que acordo algum.